CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, REALIZADA A DOZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

--- Aos doze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas, reuniu o Conselho de Ilha de Santa Maria, na Igreja Nossa Senhora da Vitória, sita nos Paços do Concelho, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

Ponto Um – Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 42/XII – Aprova a alteração do Programa Regional da Água dos Açores; ----------

Ponto Dois – Pedido de parecer no âmbito da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 43/XII – Aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027; ---

Ponto Três – Pedido de parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional nº. 67/XII – Regime Geral da Ação Climática na Região Autónoma dos Açores; ----------

Ponto Quatro – Pedido de parecer sobre a anteproposta do Plano da Região Autónoma dos Açores para 2023; ----------

Ponto cinco – Emissão de parecer sobre o Projeto de traçado da variante logística de Vila do Porto; ----------

Ponto Seis – Outros Assuntos. ----------

Deu-se início à reunião com a chamada confirmando-se a presença dos conselheiros/as Maria Dulce de Oliveira Resendes, João Manuel de Andrade Fontes, António Isidro Braga Sousa, José Arsénio Sousa Chaves, Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves, José de Andrade Melo, Armando de Melo Soares (em representação do conselheiro Carlos Henrique Lopes Rodrigues), Jorge Alberto Cabral Botelho, António Manuel de Sousa Braga, Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa, Duarte Manuel Braga Moreira, Aníbal Cabral Moura, Carla Maria de Melo Sousa Costa Carreiro, Eduardo Manuel Pereira Cambraia e as deputadas Joana Pombo Sousa Tavares e Elisa Lima Sousa. Não estiveram presentes na reunião os/as conselheiros/as Rosa Filomena Cabral de Melo, Carlos Henrique Lopes Rodrigues, Márcia Catarina da Costa Santos, António Jorge Cabral

Monteiro, Hélder Cabral, Maurício Manuel Vieira Travassos, José Resendes Santos e o deputado João Vasco Costa. ----------

Antes de entrar no período da ordem do dia foi colocada à votação, pela presidente da mesa do conselho, Maria Dulce de Oliveira Resendes, a proposta da ata da reunião anterior, sendo a mesma aprovada por maioria, com nove votos a favor e quatro abstenções. De seguida a presidente do conselho apresentou um voto de pesar pelo falecimento de José Humberto Medeiros de Chaves, que após ser lido, foi sujeito à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ----------

Pediu a palavra o conselheiro José de Melo para apresentar um voto de pesar pelo falecimento de D. António de Sousa Braga. Após tomar a palavra o referido conselheiro apresentou o voto de pesar, que sujeito à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. ----------

Após a votação dos referidos votos de pesar, a presidente do conselho, apresentou a proposta de se fazer um minuto de silêncio, em homenagem aos falecidos referenciados nos votos, proposta essa que foi aprovada por unanimidade. ----------

Após o minuto de silêncio, a presidente da mesa apresentou a proposta de que se iniciasse o debate dos pontos da ordem de trabalhos em agenda, integrando-se o período de antes da ordem do dia, sobre os revelantes para a ilha, no último ponto da ordem de trabalhos. A proposta foi aprovada por unanimidade. ----------

Sendo assim passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 42/XII – Aprova a alteração do Programa Regional da Água dos Açores onde a presidente do conselho esclareceu de forma sumária que o documento era um instrumento de planeamento da gestão da água nos Açores, em vigor desde dois mil e três, cuja alteração proposta é exigida pela alteração da legislação nacional que regulamenta esta matéria. Foi de seguida dada oportunidade para os elementos do público se pronunciarem sobre o assunto, mas como ninguém manifestou tal intenção, foi aberto um período de inscrições para os conselheiros solicitarem esclarecimentos ou apresentarem sugestões sobre a matéria em apreço. ----------

Pediu para intervir o conselheiro José de Melo que após tomar a palavra corroborou a justificação da alteração proposta que atualiza e dá um novo figurino ao Plano Regional da Água nos Açores, destacando que é referido pelo proponente que existem linhas de atuação estratégica a manterem-se, mas existem outras que necessitam de atualização em função da alteração de regulamentos nacionais sobre a matéria e no respeito pelas orientações da comunidade europeia, por isso é da opinião que deve ser emitido parecer favorável. Não se verificando mais intervenções foi aprovado a emissão de um parecer favorável à proposta apresentada, com onze votos a favor e duas abstenções. ----------

No ponto número dois da ordem de trabalhos, pedido de parecer no âmbito da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 43/XII, que aprova o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027, a presidente da mesa esclareceu que é um documento de operacionalização da gestão da água em articulação com o documento do ponto anterior. Foi dada oportunidade para os elementos do público se pronunciarem sobre o assunto, mas como ninguém manifestou tal intenção, foi aberto um período de inscrições para os conselheiros solicitarem esclarecimentos ou apresentarem sugestões sobre a matéria em apreço. Não se verificando quaisquer inscrições, foi aprovado a emissão de um parecer favorável à proposta apresentada, com onze votos a favor e duas abstenções. ----------

Passando-se de imediato ao ponto três da ordem de trabalhos, pedido de parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional nº. 67/XII – Regime Geral da Ação Climática na Região Autónoma dos Açores, a presidente clarificou que tal proposta decorre de uma lei nacional que tem vigência direta na Região Autónoma dos Açores, por inexistência de regulamentação regional sobre a matéria e, nesse sentido, os proponentes entendem que deva existir um quadro normativo próprio na região. De imediato foi dada oportunidade para os elementos do público se pronunciarem sobre o assunto, mas como ninguém manifestou tal intenção, foi aberto um período de inscrições para os conselheiros solicitarem esclarecimentos ou apresentarem sugestões sobre a matéria em apreço, no qual se inscreveram o conselheiro José de Melo e a deputada Joana Pombo.

Ao tomar a palavra o conselheiro José de Melo aludiu que já existe na região a estratégia Regional para as Alterações Climáticas, mas na sequência da aprovação da Lei de Bases do Clima, de âmbito Nacional, dever-se-ia ter elaborado um normativo próprio que adaptasse a referida lei à realidade dos Açores e, como tal, revê-se na proposta apresentada. ----------

Dada a palavra à deputada Joana Pombo, esta referiu que o pedido de parecer decorria de uma proposta apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Legislativa Regional, pela necessidade imperiosa de se adaptar à região a Lei de Bases do Clima. Disse ainda que a proposta apresentada define para a região as metas a atingir em termos de energias renováveis, cujos investimentos sejam salvaguardados pelo governo regional, por forma que não haja implicações para o poder local, nem custos acrescidos. ----------

Não se verificando mais inscrições foi a proposta foi sujeita à votação, sendo aprovado por unanimidade a emissão de parecer favorável. ----------

No ponto quatro da ordem de trabalhos, pedido de parecer sobre a anteproposta do Plano da Região Autónoma dos Açores para dois mil e vinte e três, foi dada oportunidade para os elementos do público se pronunciarem sobre o assunto, mas como ninguém manifestou tal intenção, foi desseguida aberto um período de inscrições para os conselheiros solicitarem esclarecimentos ou apresentarem sugestões sobre a matéria em apreço, no qual se inscreveram Elisa Sousa, José de Melo, Armando Soares, Duarte Moreira, Jorge Botelho, Jorge Costa, Aníbal Moura, Bárbara Chaves e Joana Pombo. ---

Após tomar a palavra a deputada Elisa Sousa referiu que a redução que se verifica no plano apresentado tem por finalidade corresponder ao endividamento zero que o governo pretende para a região. Disse que se constata uma diminuição generalizada de verbas para as diferentes ilhas e a necessidade de mitigar, na parte social, os efeitos da inflação e sugeriu ainda que deveria ser elaborado pelo conselho de ilha um memorando sobre o que se entenda ser contemplado para a ilha de Santa Maria, pois sendo uma anteproposta implica uma ação proativa do conselho de ilha, por forma que as sugestões apresentadas possam ser refletidas na proposta final. Defendeu ainda que as prioridades para Santa Maria serão a intervenção na Unidade de Saúde, os

investimentos na Escola Bento Rodrigues, defendendo a elaboração de um projeto global para essas duas infraestruturas, com o levantamento de todas as patologias existentes, dando como exemplos a necessidade da reparação da cobertura da Unidade de Saúde e a requalificação da Escola Bento Rodrigues bem como a construção de um auditório nessa escola. Referiu ainda que o portinho de S. Lourenço não está contemplado na anteproposta pois no próximo ano o governo não tem capacidade para executar a obra e defendeu que deveria estar contemplada verba para a aquisição dos equipamentos para o Cinema do Aeroporto, apesar de já existir condições para a realização de pequenos eventos e a projeção de filmes. Reconheceu que a verba prevista para a conservação da rede viária é insuficiente tendo em conta o estado de degradação das estradas e afirmou ainda que tem conhecimento que a EMA espaço tem a intenção de criar um ecossistema espacial em Santa Maria e tem a expetativa que a breve trecho esteja concluído o caderno de encargo para o Space Port. ----------

Dada a palavra ao conselheiro José de Melo este aludiu que a anteproposta apresentada é altamente negativa para Santa Maria e que, por isso deve-se centrar o debate para que seja tudo discriminado e quantificado, de forma clara, para se tenha a perceção quais as obras que o governo regional efetivamente pretende concretizar em Santa Maria. Relembrou que o conselho de ilha já fez o diagnóstico das carências e situações que urgem ser resolvidas e elencou as prioridades da ilha, num memorando que já foi enviado ao governo regional, do qual este tem cabal conhecimento, mas como tais prioridades não estão espelhadas na anteproposta apresentada, não denota por isso qualquer estratégia, por parte do governo regional, de promoção do desenvolvimento social e económico para Santa Maria. Referiu ainda que está preocupado com a grande redução de verbas previstas para Santa Maria, comparativamente ao que era apresentado pelos governos anteriores, e pelo fato da anteproposta deixar antever que não haverá a retoma do transporte marítimo de passageiros e viaturas, nem a aquisição dos equipamentos para o Cinema do Aeroporto, para que este possa oferecer as condições ideais para a promoção de espetáculos, nem a recuperação do património histórico, nem a elaboração do projeto integrado para a Praia Formosa. Como considerou a anteproposta apresentada muito insuficiente para corresponder às

prioridades já transmitidas ao governo regional em consequência do diagnóstico das carências e necessidades da ilha, é do entendimento que, em resposta ao pedido de parecer, deve ser reenviado o memorando, com o aditamento de ajustes considerados necessários, em virtude de alguns problemas se terem agravado na ilha. ----------

A deputada Elisa Sousa solicitou novamente para intervir e ao tomar a palavra aludiu que o conselho de ilha tem realmente de defender os interesses da ilha, cujas prioridades devem estar sempre elencadas em todos os memorandos. ----------

Dada a palavra ao conselheiro Armando Soares este corroborou as palavras da deputada Elisa Sousa relativamente à definição de prioridades e também defendeu que deve haver uma intervenção profunda na rede viária e na recuperação da orla costeira da ilha e proteção das falésias de Anjos, Maia e Praia Formosa, que dever ser considerado maior apoio às famílias, pois apesar de se denotar um esforço do governo regional nesta área, a verba ainda é insuficiente; que deve ser concretizado o estudo sobre os transporte marítimo de passageiros e viaturas e que deve estar previsto a remodelação do portinho de S. Lourenço, pois é muito importante para a atividade marítima turística e como tal estranhou ter sido retirado da anteproposta do plano e por isso defendeu que se deve redigir um documento a demonstrar o descontentamento dos marienses. ----------

Dada a palavra ao conselheiro Duarte Moreira este referiu que foi a anteproposta de plano "mais pobre" que teve oportunidade de analisar e corroborou com as prioridades elencadas pelos conselheiros, destacando que o setor primário e o setor do turismo são fundamentais para o desenvolvimento da atividade económica da ilha. Disse ainda que apesar de Santa Maria já ter algumas infraestruturas de apoio ao setor primário, estas revelam-se claramente insuficientes pois as exportações do setor primário da ilha têm vindo a aumentar, ressalvando o crescimento do negócio da carne , por isso vê com muita preocupação o fato de não estar previsto na anteproposta o estudo do transporte dos produtos perecíveis e investimentos no setor primário, a falta de verbas para a recuperação dos caminhos rurais, particularmente o caminho da Lapa de Baixo e constante diminuição dos apoios às associações do setor primário. Referiu por fim que a inexistência de investimentos no matadouro de Santa Maria e na sala de desmancha que permita a sua certificação, irá comprometer o crescimento do negócio da carne e

defendeu a elaboração de um verdadeiro projeto para a recuperação do património edificado em toda a ilha, dando ênfase às vinhas nas baías de S. Lourenço e Maia. -------

Foi dada a palavra ao conselheiro Jorge Botelho que começou por defender que seja resolvida de uma vez por todas o problema das acessibilidade à ilha de Santa Maria, pois como os transporte aéreos são muito dispendiosos para os não residentes nos Açores dever-se-ia pensar numa solução de custos controlados; que se verifique uma efetiva recuperação das estradas, com a colocação de novo pisos e não intervenção de remendos, e por fim ressalvou a importância de recuperação dos portinhos de S. Lourenço e Anjos, bem como intervenções de fundo nas zonas balneares de Anjos, Praia Formosa e Maia. ----------

Tomou de seguida a palavra o conselheiro Jorge Costa que fez uma apreciação global da anteproposta apresentada e ao comparar a mesma com a do ano transato constata-se uma redução de verbas para Santa Maria de cerca de quarenta por cento, por isso, considerou ser desastroso para a nossa ilha esta anteproposta apresentada e defendeu que a operacionalização do porto de Vila do Porto tem de ser revista para permitir a atracagem de barcos de maior porte. ----------

Pediu novamente a palavra o conselheiro Duarte Moreira para relembrar que sempre defendeu um upgrade nos navios que fazem transporte marítimo entre Santa Maria e S. Miguel, que não existe na ilha um programa para cuidar dos idosos em casa e que a falta de mão de obra é transversal em todos os setores económicos. ----------

Dada a palavra ao conselheiro Aníbal Moura este mostrou o seu desagrado com a redução dos apoios previstos para as associações. ----------

A presidente da mesa, conselheira Dulce Resendes clarificou que o conselho de ilha já revelara uma ação proativa pois trabalhou com muita antecedência no levantamento das necessidades e problemas da ilha, estabelecendo uma lista de prioridades na sua resolução, dando conhecimento desse levantamento ao governo regional, através de memorando e por isso ficou muito desanimada em não ver na anteproposta qualquer preocupação da resolução dos nossos problemas. ----------

De seguida foi dada a palavra à conselheira Bárbara Chaves que mencionou que a anteproposta apresentada é extremamente pobre para Santa Maria e deve rejeitada

pois o conselho de ilha bastante preventivo na elaboração do memorando, cujas prioridades elencadas não foram minimamente respeitadas. Referiu que o diagnóstico já foi feito por parte deste conselho é foi uma desilusão não ver espelhadas as necessidades apontadas. Também referiu que vai ser muito difícil implementar em Santa Maria o programa do idoso em casa e que deve ser enviado um documento a reiterar tudo o que estava no anterior memorando e acrescentar mais algumas situações que foram apresentadas ao longo da reunião. ----------

Solicitou novamente uma intervenção o conselheiro Jorge Botelho que após tomas a palavra corroborou a opinião da conselheira Bárbara Chaves pois não se pode aceitar que não tenham sido consideradas na anteproposta apresentada, as prioridades já apresentadas ao governo regional. ----------

Dada a palavra à deputada Joana Pombo esta referiu que a anteproposta não acrescenta nada, pois o que está previsto nesse documento já constava no documento do ano transato e que se verificou uma redução de cerca de vinte e um milhões de euros, de há dois anos a esta parte, implicando a redução do poder de compra o que provocará mais dificuldades às empresas e, como tal, defende que se deve emitir um parecer desfavorável à anteproposta apresentada. ----------

Não se registando mais intervenções foi a anteproposta colocada à votação sendo aprovado por unanimidade a emissão de um parecer desfavorável à mesma. ----------

No ponto cinco da ordem de trabalhos, emissão de parecer sobre o projeto de traçado da variante logística de Vila do Porto a senhora presidente da mesa apresentou uma proposta de parecer a enviar tendo por base os contributos recolhidos na auscultação, que foi feita, via mail, aos conselheiros, sobre a matéria em apreço, bem como a algumas entidades da ilha. O vice-presidente da mesa, conselheiro João Fontes, solicitou a palavra para esclarecer aos presentes sobre a forma como foi dado a conhecer o projeto em causa aos elementos da mesa do conselho de ilha que, não querendo assumir o ónus da responsabilidade da decisão do parecer solicitado, consultaram todos os conselheiros nos moldes esclarecidos pela presidente da mesa. De seguida foi aberto um período para esclarecimentos ou apresentação de mais propostas, no qual se inscreveram os

conselheiros Jorge Botelho, Armando Soares, Duarte Moreira, Aníbal Moura, Bárbara Chaves e Jorge Costa. ----------

Ao tomar a palavra o conselheiro Jorge Botelho relembrou que há alguns anos foi elaborado um esboço de um projeto para desviar o trânsito pesado do centro de Vila do Porto, cujo traçado é similar ao apresentado, mas terminava nas quatro canadas e que o agora apresentado não traz mais valia para Santa Maria, por isso é da opinião que se deveria aguardar pela apresentação de outras soluções alternativas e entende que na ilha existem outras prioridades, cujo investimento seria mais importante e urgente. ----

após tomar a palavra o conselheiro Armando Soares referiu que apesar de não concordar totalmente com o projeto apresentado, particularmente com o traçado proposto, irá votar favoravelmente ao pedido de parecer, pelo investimento que será realizado na ilha e por essa variante urbana apresentar várias valências. ----------

O conselheiro Duarte Moreira opinou que se deveria dar a resposta que o conselho de ilha não se pronunciava sobre o pedido de parecer pelo fato da situação já estar consumada, sugestão esta corroborada pelo conselheiro Aníbal Moura ao afirmar que se já está tudo consumado então não há outra alternativa, logo o conselho não precisava de ser consultado. ----------

Tomou a palavra a conselheira Bárbara Chaves para esclarecer que não colocou em dúvida a legitimidade da mesa na reunião tida com a tutela dos transportes nem no processo de auscultação dos conselheiros, mas em conformidade com a opinião anteriormente, emitida pela autarquia sobre a matéria em questão, discorda do projeto apresentado e também opinou que o conselho de ilha não deveria pronunciar formalmente sobre algo que já está decidido. ----------

A senhora presidente da mesa apresentou a proposta de se fazer uma interrupção nos trabalhos e os mesmos seriam retomados após a hora do almoço, passando a respetiva votação quinto ponto da ordem de trabalhos, para o período da tarde, proposta esta que foi aceite por unanimidade. ----------

Após os trabalhos serem retomados, o conselheiro Duarte Moreia solicitou uma intervenção para apresentar a proposta do conselho deliberar se o mesmo deve emitir parecer ou não, sobre a matéria em questão, e se for aprovado a não emissão de parecer

caberia à mesa fazer chegar ao proponente, a informação de que o conselho de ilha não se pronunciava e os motivos pelo qual tomou essa decisão. ----------

O conselheiro Jorge Costa pediu a palavra para referir que sendo o conselho de ilha um órgão consultivo a emissão do parecer não é vinculativa. ----------

Pediu a palavra o conselheiro José de Melo para corroborar que não se deveria emitir parecer, pelo fato do projeto estar consumado e também pelo fato do proponente ter desrespeitado a lei no que concerne à obrigatoriedade da auscultação ao conselho de ilha sobre o projeto da variante, pois os regulamentos em vigor obrigam que os conselhos de ilha sejam ouvidos em matéria de transportes. ----------

Foi colocada à votação a proposta de emitir ou não parecer sobre o solicitado, cuja deliberação resultou na aprovação de emissão de parecer, com nove votos a favor e quatro votos contra. ----------

Posto isto a presidente da mesa releu novamente a proposta de parecer a enviar ao proponente. Ao ser colocada á votação, foi aprovado por maioria, com nove votos a favor, dois votos contra e duas abstenções, a emissão de parecer favorável ao projeto da variante, pela inevitabilidade da realização do investimento, apesar de não se concordar com o traçado proposto. ----------

De seguida o conselheiro Duarte Moreira solicitou uma intervenção e ao tomar a palavra referiu que pretendia que ficasse descrito na ata o seu sentido de voto nas duas propostas apresentadas, a saber, votou contra na primeira e absteve-se na segunda. ---

A conselheira Bárbara Chaves também solicitou que ficasse registado em ata a sua posição de voto, tendo também votado contra na primeira proposta e absteve-se na segunda proposta e referiu ainda que fará chegar à tutela dos transportes a proposta de novo traçado, e que seja feita uma apresentação pública do projeto. ----------

No último ponto da ordem de trabalhos, outros assuntos a presidente da mesa deu a informação que recebeu a resposta ao ofício enviado a questionar sobre as obras previstas para o porto de Vila do Porto, mas que ainda não tinha recebido resposta sobre obras a realizar no cais ferry e informou ainda que não prevê grande evolução sobre o transporte marítimo de passageiros e viaturas. ----------

De seguida foi aberto um período de inscrições para intervenções, no qual se inscreveram, José Arsénio Chaves, Jorge Botelho, José de Melo, Bárbara Chaves, Elisa Sousa, Armando Soares e Joana Pombo. ----------

Ao tomar a palavra o conselheiro José Arsénio Chaves informou que teve conhecimento que as verbas alocadas pelo governo regional para a realização de eventos culturais e desportivos poderão ser reduzidas se não verificar a sua deslocalização temporal para a época baixa. ----------

Daa a palavra ao conselheiro Jorge Botelho este reforçou que a tarifa Açores pode ser relevante para os açorianos mas não se aplica aos turistas que se deslocam do continente ou do estrangeiro e pretendam viajar inter-ilhas, provocando assim uma grande desigualdade a quem se desloca aos Açores diretamente para S. Miguel ou Terceira, comparativamente com quem pretende chegar às outras ilhas, relembrou que vai decorrer em Santa Maria um encontro de turismo e lamentou não se ter realizado ainda a reunião com os empresários locais das empresa marítimo-turística e o governo regional, no sentido de ser revista a legislação sobre a regulamentação das áreas marítimas protegidas e da atividade marítimo turística, pois esta legislação está muito desatualizada, e a sua não revisão pode colocar em risco tudo o que alcançou até hoje nessa atividade e deixou por fim o alerta para as entidades da ilha terem mais atenção à situação existente, pois pretende-se alargar o período da atividade marítimo turística, mas as estruturas hoteleiras e de restauração tem que estar todas a funcionar em pleno. Por fim alertou que se deveria reativar a vigia da baleia, bem como a recuperação de um barco afundado e a intervenção nos portinhos de S. Lourenço e Anjos e que o conselho de ilha deve ser mais reivindicativo. ----------

Ao tomar a palavra o conselheiro José de Melo corroborou as palavras do conselheiro Jorge Botelho e apresentou a sua preocupação relativamente à situação do encerramento do aeroporto de Santa Maria e defendeu que o conselho de ilha deve pugnar para a reabertura noturna do mesmo e lamentou a não recuperação da torre de controle do aeroporto. ----------

Dada a palavra à conselheira Bárbara Chaves esta esclareceu que a edilidade após ter conhecimento público de que alegadamente o aeroporto iria encerrar, a autarquia

contatou várias entidades particularmente a ANA VINCI e o governo regional dos Açores, só que até à data não recebeu qualquer resposta. Disse ainda que decorreu uma reunião com os deputados de ilha, eleitos pelo Partido Socialista e outra reunião com deputado da assembleia da república, Francisco César, sobre a situação do aeroporto e que solicitou informações à ANA VINC, mas que não tem qualquer informação oficial sobre o horário de funcionamento do aeroporto, o que tem conhecimento é que não tem sido autorizado a aterragem entre as zero horas e as seis horas. Considerou lamentável um governante colocar a hipótese da deslocalização dos eventos que já decorrem há muitos anos em Santa Maria nos meses de junho e agosto, quando é o próprio governo que apoia eventos promovidos em outras ilhas, por empresários privados, no mesmo período referenciado. ----------

Dada a palavra à deputada Elisa Sousa, esta informou que o grupo parlamentar do PSD tentou agendar uma reunião com a administração da VINCI, mas até à data não tiveram qualquer resposta e reforçou a opinião de que para assumir uma posição pública sobre o aeroporto é preciso ter cabal conhecimento da situação, e do que tem conhecimento, o que está em causa não é o encerramento do aeroporto, pois já existiam orientações anteriores para o seu encerramento a partir das vinte uma horas e trinta minutos, mas sim a autorização de reabertura que está condicionada pela supervisão dos bombeiros. Por isso é foi solicitado uma reunião com a administração da VINCI, para os devidos esclarecimentos sobre as intenções da empresa relativamente às estruturas e valências do aeroporto de Santa Maria. Disse ainda que relativamente à deslocalização temporal dos eventos o que tem conhecimento é que foi proferido era que se prevê a atribuição de uma majoração para eventos realizados na época baixa, por isso defende que os festivais de verão, bem como a realização do rallye de Santa Maria, sendo eventos âncora e que trazem retorno para a ilha, não devem ser alterados. ----------

Após tomar a palavra o conselheiro Armando Soares corroborou com as palavras do conselheiro Jorge Botelho relativamente à dimensão da atividade marítimo turística, mas tem dúvidas se a ilha tem condições para receber maior fluxo de turistas pois há muito que melhorar nos serviços de hotelaria, restauração e transportes públicos. Opinou ainda que o conselho de ilha deve ter uma ação mais proativa e deve antecipar

o pedido de esclarecimentos ou emissão de pareceres sobre assuntos prementes para a ilha e não ficar simplesmente à espera que seja o governo regional a pedir pareceres, dando como exemplo que o conselho de ilha deveria reivindicar a quem de direito uma intervenção na melhoria das condições de acessibilidade ao e dentro do edifício do Registo Civil, a recuperação da casa da GNR, a construção de uma aerogare nova, pois a existente não corresponde às exigências atuais e construção de um novo porto em Vila do Porto, pois as condições do atual porto não permite grande ampliação, dadas as limitações da bacia de manobra. ---

Foi dada a palavra à deputada Joana Pombo que ao tomar a palavra para esclarecer por que razão os deputados eleitos pelo Partido Socialista solicitaram uma reunião com os representantes da ANA no aeroporto em Santa Maria, pois tal foi consequência de não terem obtido qualquer resposta por parte da administração da ANA VINCI em Portugal. Na sequência das diversas intervenções a presidente do conselho de ilha colocou à consideração dos conselheiros se se deveria solicitar esclarecimentos, junto das respetivas entidades competentes, para posteriormente se tomar uma posição pública, sobre a situação do encerramento do aeroporto, sobre as condições de acessibilidade no interior do edifício do Registo Civil, sobre a recuperação da casa da GNR, sobre a situação do porto de Vila do Porto e sobre a situação da aerogare do aeroporto e parque de estacionamento. A proposta apresentada foi colocada à votação e foi aprovada por unanimidade. ---

E não havendo mais nada a tratar deu- se por encerada a reunião da qual se lavrou a presente ata que será assinada em conformidade. ---

Maria [illegible] de Oliveira Resende

[illegible]

[illegible]

António Isidro Braga Sousa